



**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
de Pernambuco ("COSEMS/PE")**

31 DE DEZEMBRO DE 2025

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



compliance
& auditoria

**Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Pernambuco
("COSEMS/PE")**

MRP - 190/2026

31 de dezembro de 2025

Demonstrações contábeis

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre
as demonstrações contábeis..... 01

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Associados, Conselheiros e Administradores do

CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE PERNAMBUCO - COSEMS-PE

Opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Pernambuco - COSEMS-PE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis impactos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Pernambuco - COSEMS-PE em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis com ressalvas

Atendimento a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros

As demonstrações contábeis do COSEMS/PE, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não foram elaboradas em estrita conformidade com a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidades sem Finalidade de Lucros, em especial os itens 22 a 25 da referida norma. Os efeitos da não adoção completa da norma contábil ITG 2002 (R1) aplicável à Entidade sem Finalidade de Lucros não foram determinados.

MRP1

Ênfase - Acompanhamento Orçamentário

Chamamos a atenção para a ausência de um processo estruturado e formalizado para o acompanhamento do orçamento previsto versus realizado. Considerando que o COSEMS/PE recebe recursos de origem pública, é fundamental a observância das boas práticas de governança, transparência e controle orçamentário, garantindo que a aplicação dos recursos esteja em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade. A ausência de um monitoramento sistemático pode impactar a efetividade da gestão financeira, comprometer a alocação adequada dos recursos e dificultar a prestação de contas perante os órgãos reguladores e demais partes interessadas. Nossa opinião não contém ressalvas quanto a esse assunto.

Ênfase – Ausência de procedimentos adequados para contratação das despesas

Chamamos a atenção para o fato da ausência de procedimentos formais e apropriados para a contratação de serviços e controle das despesas realizadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A ausência desses controles pode representar riscos quanto à adequada comprovação, rastreabilidade e conformidade das despesas pagas pela entidade. Não obstante, os recursos recebidos pela entidade possuem origem pública, o que reforça a necessidade de maior rigor e transparência na aplicação e prestação de contas desses recursos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

MRP2

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

MRP3

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



compliance
& auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife - PE, 30 de março de 2026.

Mrp Compliance e Auditoria

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

MRP5

**CONSELHO DE SECRETARIAS
MUNICIPAIS DE SAÚDE DE
PERNAMBUCO.
COSEMS-PE**

**NOTAS EXPLICATIVAS
em 31 de Dezembro de 2025**

BALANÇO PATRIMONIAL - NORMAL - ANALÍTICO
CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE DE PERNAMBUCO - COSEMS-PE
CNPJ: 35.618.958/0001-25
Endereço: PRAÇA OSVALDO CRUZ, SN, Graças
Recife/PE – 52050-310

Livro: 000001
Folha: 000001
Emissão: 25/01/2026 11:55:30
Período: 01/01/2025 à 31/12/2025

Conta Contábil		Saldo
1	Ativo	2.048.472,07 (D)
1.1	Ativo Circulante	1.953.653,14 (D)
1.1.2	Bancos Conta Movimento - Sem restrição	1.953.653,14 (D)
1.1.2.005	Aplicação Financeira BB	1.716.450,06 (D)
1.1.2.006	Banco do Brasil ag 32433 cc 497355	237.203,08 (D)
1.3	Ativo Não Circulante	94.818,93 (D)
1.3.1	Contas A Receber	220,00 (D)
1.3.1.002	Adiantamento a Fornecedor	220,00 (D)
1.3.3	Imobilizado	94.598,93 (D)
1.3.3.003	Maquinas E Equipamentos	133.373,76 (D)
1.3.3.006	(-) Depreciação Acumulada	38.774,83 (C)
Total do Ativo:		2.048.472,07 (D)
2	Passivo E Patrimonio Liquido	2.048.472,07 (C)
2.1	Passivo Circulante	130.879,15 (C)
2.1.1	Impostos E Contribuicoes A Recolher	32.579,47 (C)
2.1.1.002	Inss	19.183,32 (C)
2.1.1.003	Fgts	4.293,76 (C)
2.1.1.004	IRRF	7.960,22 (C)
2.1.1.006	Pis	488,72 (C)
2.1.1.007	Cofins	653,45 (C)
2.1.2	Contas A Pagar	98.299,68 (C)
2.1.2.001	Fornecedores	13.000,00 (C)
2.1.2.003	FÉRIAS A PAGAR	38.049,68 (C)
2.1.2.013	Lúcia Cristina Giesta Soares	6.300,00 (C)
2.1.2.014	Janaína Mendes Diniz	6.300,00 (C)
2.1.2.015	Maria de Fátima L. de Moura	6.300,00 (C)
2.1.2.016	Michelly Lima Vicira	6.300,00 (C)
2.1.2.018	Maria Aparecida de Souza	6.300,00 (C)
2.1.2.020	Licia da Silva Maciel	3.150,00 (C)
2.1.2.023	RG GESTAO E SAÚDE LTDA (Gianno)	6.300,00 (C)
2.1.2.024	SD ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (SAMILLE DE ALMEIDA CAMELO RAMOS DUARTE)	6.300,00 (C)
2.3	Patrimonio Liquido	1.917.592,92 (C)
2.3.3	Superávit/Déficit Acumulados	1.917.592,92 (C)
2.3.3.001	Superávit acum. exercício anterior	1.389.282,47 (C)
2.3.3.002	Superávit do Exercício Atual	1.175.592,72 (C)
2.3.3.004	(-) Prejuizos Do Exercício Atual	647.282,27 (D)
Total do Passivo E Patrimonio Liquido:		2.048.472,07 (C)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Folha: 000001

**CONSELHO DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAUDE DE PERNAMBUCO -
COSEMS-PE**

Emissão: 25/01/2026 - 11:56:05

35.618.958/0001-25

Período: 01/01/2025 à 31/12/2025

Conta Contábil	Saldo
4.0.0.000 - Receitas	4.158.192,01 (C)
4.1.0.000 - Receita	3.973.772,25 (C)
4.1.1.000 - Repasses - Com restrição	514.815,08 (C)
4.1.1.003 - Receitas com congresso	268.815,08 (C)
4.1.1.006 - REPASSE REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO POR	246.000,00 (C)
4.1.2.000 - Repasses - Sem restrição	3.458.957,17 (C)
4.1.2.002 - REPASSE CONASEMS - Contribuições e Doações	3.458.957,17 (C)
4.3.0.000 - Receitas Financeiras	184.419,76 (C)
4.3.1.000 - RECEITA FINANCEIRA	184.419,76 (C)
4.3.1.001 - RECEITA FINANCEIRA	184.419,76 (C)
Total de Receita:	4.158.192,01 (C)
(=) Receita Líquida:	4.158.192,01 (C)
3.0.0.000 - Custos E Despesas	3.971.163,74 (D)
3.1.0.000 - Custos Administrativos	963.928,10 (D)
3.1.2.000 - Despesas Administrativa	963.928,10 (D)
3.1.2.001 - Salários	565.074,48 (D)
3.1.2.002 - Encargos Sociais	307.272,28 (D)
3.1.2.004 - Férias	53.276,40 (D)
3.1.2.005 - Décimo Terceiro Salário	38.304,94 (D)
3.2.0.000 - APOIADORAS	572.350,00 (D)
3.2.1.000 - Apoiadoras	572.350,00 (D)
3.2.1.001 - Apoiadoras - Com Restrição	244.800,00 (D)
3.2.1.002 - Apoiadoras - Sem Restrição	327.550,00 (D)
3.3.0.000 - Custo Dos Serviços Prestados	433.604,82 (D)
3.3.1.000 - Custo Dos Serviços	433.604,82 (D)
3.3.1.004 - PASSAGENS E LOCOMOÇÃO	433.604,82 (D)
3.4.0.000 - Despesas Operacionais	1.973.708,94 (D)
3.4.1.000 - Despesas Gerais	1.973.708,94 (D)
3.4.1.001 - DESPESA COM PJ	1.364.552,47 (D)
3.4.1.004 - DIARIAS E AJUDA DE CUSTO	538.435,55 (D)
3.4.1.006 - IMPOSTOS E TAXAS	52.737,28 (D)
3.4.1.008 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	10.000,00 (D)
3.4.1.009 - MATERIAL DE ESCRITÓRIO	7.983,64 (D)
3.5.0.000 - Despesas Financeiras	22.454,77 (D)
3.5.1.000 - Despesas Financeiras	22.454,77 (D)
3.5.1.001 - Taxas E Comissoes Bancarias	22.454,77 (D)
3.8.0.000 - Outras Despesas Operacionais	5.117,11 (D)
3.8.1.000 - Despesas Gerais	5.117,11 (D)
3.8.1.001 - Despesa com depreciação	5.117,11 (D)
Total de Custos:	3.971.163,74 (D)
(=) Lucro Bruto:	187.028,27 (C)

**Notas explicativas às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de
2025 Em reais, exceto quando
indicado de outra forma**

1 Contexto operacional

O Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Pernambuco (Cosems/PE) é uma entidade sem fins lucrativos, fundada no ano de 1987, está entre os cinco primeiros conselhos estaduais que, no Brasil, se constituíram para garantir uma política de saúde pública de qualidade, integral, universal e com controle social, hoje consagrada na Constituição com a denominação de Sistema Único de Saúde (SUS). É formado por gestores de Saúde, representantes das cidades pernambucanas eleitos em Assembleia Geral a cada dois anos, para comporem a Diretoria Executiva, a Diretoria Executiva Ampliada, o Conselho Fiscal e a representação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), em conformidade com estrutura organizativa estatutária.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e descrição das principais práticas contábeis

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Entidade em 18 de Janeiro de 2025.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições contidas na e Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros"; e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. De acordo com a Norma ITG 2002, estão contabilizados, o valor justo dos trabalhos voluntários e das gratuidades (Nota 13).

Na elaboração das demonstrações financeiras foi necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, incluindo estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, a apuração do valor justo dos ativos financeiros, provisões necessárias para passivos e outras avaliações. O resultado real pode apresentar variação em relação a essas estimativas.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação e operações e saldos

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Entidade COSEMS PE, também, a sua moeda de apresentação.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e a outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos

originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e que são utilizadas para gerenciamento dos compromissos de curto e longo prazo.

1.1	Ativo Circulante	1.953.653,14 (D)
1.1.2	Bancos Conta Movimento - Sem restrição	1.953.653,14 (D)
1.1.2.005	Aplicação Financeira BB	1.716.450,06 (D)
1.1.2.006	Banco do Brasil ag 32433 cc 497355	237.203,08 (D)

2.3 Aplicação Financeira

A conta de Aplicação Financeira é referente à conta do Banco do Brasil ag 32433 cc 497355 que está ativa.

1.1.2.005	Aplicação Financeira BB	1.716.450,06 (D)
-----------	-------------------------	------------------

2.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. As a taxa de depreciação de máquinas e equipamentos em 10% e equipamentos de informática de 20% ao ano, de acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1700/2017 e NBC TG 27. Informações detalhadas na Planilha de Depreciação 2025. Tivemos uma aumento em relação a 2024 proveniente de três notas fiscais de compras de Notebooks nos meses de setembro e dezembro de 2025.

1.3.3	Imobilizado	94.598,93 (D)
1.3.3.003	Maquinas E Equipamentos	133.373,76 (D)
1.3.3.006	(-) Depreciacao Acumulada	38.774,83 (C)

2.5 Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações a pagar aos funcionários e apoiadoras referente aos serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. Nela também contempla as contas de provisões de férias e décimo terceiro salário. Os valores passivos de R\$ 6.300,00 e são referentes aos serviços mensais que são pagos no mês subsequente.

2.1.2	Contas A Pagar	98.299,68 (C)
2.1.2.001	Fornecedores	13.000,00 (C)
2.1.2.003	FÉRIAS A PAGAR	38.049,68 (C)
2.1.2.013	Lúcia Cristina Giesta Soares	6.300,00 (C)
2.1.2.014	Janaina Mendes Diniz	6.300,00 (C)
2.1.2.015	Maria de Fátima L. de Moura	6.300,00 (C)
2.1.2.016	Michelly Lima Vieira	6.300,00 (C)
2.1.2.018	Maria Aparecida de Souza	6.300,00 (C)
2.1.2.020	Licia da Silva Maciel	3.150,00 (C)
2.1.2.023	RG GESTÃO E SAÚDE LTDA (Gianne)	6.300,00 (C)
2.1.2.024	SD ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA (SAMILLE DE ALMEIDA CAMELO RAMOS DUARTE)	6.300,00 (C)

2.6 Demais ativos e passivos circulantes

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos e deduzidos por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Os passivos registrados são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

2.7 Receita

As Receitas Sem Restrição são referente à valores recebidos do CONASEMS mensalmente para a utilização de forma livre pelo COSEMS e as Receitas Com Restrição são referente à recebimentos destinados para pagamento das Apoiadoras no valor de 20.500,00 menais e as demais em Receitas Sem Restrição.

Conta Contábil	Saldo
4.0.0.000 - Receitas	4.158.192,01 (C)
4.1.0.000 - Receita	3.973.772,25 (C)
4.1.1.000 - Repasses - Com restrição	514.815,08 (C)
4.1.1.003 - Receitas com congresso	268.815,08 (C)
4.1.1.006 - REPASSE REAL E BENEMERITA ASSOCIACAO POR	246.000,00 (C)
4.1.2.000 - Repasses - Sem restrição	3.458.957,17 (C)
4.1.2.002 - REPASSE CONASEMS - Contribuições e Doações	3.458.957,17 (C)
4.3.0.000 - Receitas Financeiras	184.419,76 (C)
4.3.1.000 - RECEITA FINANCEIRA	184.419,76 (C)
4.3.1.001 - RECEITA FINANCEIRA	184.419,76 (C)

2.8 Patrimônio social

Constituído pelo aporte inicial, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado no exercício.

2.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente, formalizada ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.10 Resultado

(-) Lucro Bruto:

187.028,27 (C)

No exercício social 2025, o COSEMS apresentou resultado positivo (lucro) no montante de R\$ 187.028,27. Esse resultado decorre do desempenho favorável das atividades operacionais ao longo do período, com receitas suficientes para cobrir os custos e despesas incorridos, refletindo uma gestão financeira adequada e eficiente.

* * *